



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Administração

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETIVO

A Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro, com objetivo de suprir sua necessidade imediata e de manter de estoque de materiais, de modo a garantir suas instalações com a iluminação necessária e adequada ao desenvolvimento das atividades institucionais, inicia processo para aquisição de lâmpadas.

2. DA MODALIDADE E DO FUNDAMENTO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade pregão, na sua forma eletrônica, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 e aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, tendo em vista os objetos a serem adquiridos se enquadrarem na classificação de objeto comum, com fulcro no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520/2002.

2.2. Para esta aquisição, manifesta-se a observância dos ditames da Lei Federal nº 8.666/93, em detrimento das disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no art. 191 da aludida lei.

3. JUSTIFICATIVA

Após inspeção *in loco*, a equipe da Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura, responsável por coordenar os serviços de manutenção das edificações e de seus sistemas, elementos e componentes, que se encontrem sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Fazenda, verificou a necessidade de aquisição de lâmpadas para substituição daquelas que se encontram danificadas e/ou queimadas e suprir o estoque do material, de modo a manter a qualidade da iluminação nas dependências da Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro.

Neste ponto, cabe destacar que a iluminação do local de trabalho apropriada à natureza da atividade faz parte das condições de conforto no ambiente de trabalho estabelecidas pela Norma Regulamentadora nº 17 do Ministério do Trabalho e Previdência, publicada pela Portaria MTb nº 3.214, de 08 de junho de 1978, que estabelece as diretrizes e os requisitos que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar conforto, segurança, saúde e desempenho eficiente no trabalho.

Segundo os itens 17.8.2 e 17.8.3 da norma mencionada, a iluminação deve ser projetada e instalada de forma a evitar ofuscamento, reflexos, incômodos, sombras e contrastes excessivos, bem como deve estar em conformidade com os níveis mínimos de iluminamento a serem observados nos locais de trabalho estabelecidos na Norma de Higiene Ocupacional nº 11 (NHO 11) da Fundacentro, que versa sobre a avaliação dos níveis de iluminamento em ambientes internos de trabalho.

Ressalta-se que as Normas de Higiene Ocupacional (NHOs) abordam diferentes aspectos dos procedimentos e critérios de identificação, avaliação e controle dos riscos e perigos ambientais e profissionais, com o principal objetivo de fomentar a adoção de medidas preventivas contra doenças

profissionais e quaisquer outros riscos e fatores potencialmente danosos à saúde e à segurança dos trabalhadores em diversos ambientes ocupacionais.

À vista disso, a Norma de Higiene Ocupacional nº 11, indica que deve ser realizada a substituição de lâmpadas e de outros componentes, de modo a manter o nível de iluminação dos ambientes internos e não comprometer requisitos de segurança e desempenho eficiente do trabalho.

Ademais, conforme o item 4.1 da ABNT NBR ISO/CIE 8995-1:2013, a prática de uma boa iluminação para locais de trabalho é muito mais que apenas fornecer uma boa visualização da tarefa, uma vez que se mostra como essencial para que as tarefas sejam realizadas facilmente e com conforto. O item destaca, ainda, que a iluminação em geral assegura: conforto visual, dando aos trabalhadores uma sensação de bem-estar; desempenho visual, ficando os trabalhadores capacitados a realizar suas tarefas visuais, rápida e precisamente, mesmo sob circunstâncias difíceis e durante longos períodos; e segurança visual, ao olhar ao redor e detectar perigos.

Assim, tendo em vista a extrema importância da disponibilidade do material para o regular desempenho das atividades administrativas da Secretaria, a necessidade da contratação justifica-se pela ausência do material requerido, o que vem ocasionando a diminuição uniforme da luminosidade apropriada às condições de trabalho da Secretaria, dificultando o desempenho das atividades desenvolvidas, gerando risco à segurança e trazendo prejuízos à saúde e ao bem-estar dos servidores, colaboradores, visitantes e contribuintes.

4. DO PARCELAMENTO DO OBJETO

O art. 23, §1º, da Lei n.º 8.666/1993 prevê que “as obras, serviços e compras efetuadas pela administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala”.

Em análise a essa disposição, o Tribunal de Contas da União, no Acórdão 1214/2013- Plenário, se manifestou no sentido de que o expresso no supracitado artigo não configura regra absoluta pelo parcelamento ou não do objeto, devendo ser avaliada a viabilidade técnica e econômica em cada caso.

A inviabilidade técnica, conforme entendimento de Marçal Justen Filho, se caracteriza quando o fracionamento do objeto em itens ou lotes distintos possa comprometer a integridade qualitativa do objeto a ser executado, importando risco de impossibilidade de execução satisfatória pela desnaturação do objeto.

O autor explica ainda acerca da inviabilidade econômica, a qual impede o fracionamento do objeto quando a contratação por itens ou lotes acarretar o aumento do preço a ser pago pela Administração. Nesse caso, o não parcelamento do objeto é permitido para manutenção da economia de escala, pois o aumento dos quantitativos produziria a redução dos preços e, por conseguinte, garantiria a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração^[1].

Na contratação em análise, vê-se como benéfico para o Órgão o parcelamento do objeto da licitação através da realização de uma única contratação, com cada parcela do objeto adjudicada em itens distintos, possibilitando a ampliação da competitividade e a obtenção de menores preços para a contratação, haja vista a amplitude do mercado que oferece a solução escolhida por esta Administração.

De acordo com a Súmula 247 do TCU, o parcelamento é a regra, todavia, antes de definir pela divisão, seja por item ou por lote, é necessário verificar: (i) a viabilidade técnica e econômica, (ii) que não há prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, (iii) e que haverá melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

Dessa forma, colaciona-se abaixo a Súmula 247, do TCU, que determina a realização de procedimento licitatório por item ou lote, frente ao subtipo de licitação do menor preço global, como regra:

SÚMULA Nº 247 TCU - É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se

a essa divisibilidade.

Sob este enfoque, ante os requisitos tratados no verbete sumular citado, cuja observância é necessária para a definição do subtipo da contratação a ser adotado, cumpre informar que a adoção do menor preço “por item” foi realizada tendo em vista que não há incompatibilidades técnicas a serem observadas, bem como que esta opção preserva a economia em escala e amplia a competitividade do procedimento, em conformidade com o art. 23, §1º, da Lei n.º 8.666/93.

5. DO OBJETO

5.1. Aquisição de Lâmpadas para atender às necessidades da Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro, de acordo com as especificações técnicas e quantitativos contidos neste Termo de Referência.

5.2. A entrega do objeto será feita em **parcela única**.

5.3. As lâmpadas a serem adquiridas deverão ser certificadas pelo Inmetro, apresentando em suas embalagens o Selo de Identificação da Conformidade, de acordo com a Portaria n.º 69, de 16 de fevereiro de 2022 do Inmetro, com vistas à promoção do desenvolvimento nacional sustentável, em conformidade com o Decreto Estadual n.º 46.642, art. 13, § 3º.

6. ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DOS OBJETOS

6.1. Os itens a serem adquiridos deverão atender às seguintes especificações e quantitativos:

Item	ID SIGA	Cód. do item	Especificação/Descrição do SIGA	Un. de medida	Qtd.
01	182181	6240.033.0099	Lâmpada led, modelo tubular t8, ângulo de abertura feixe: n/a, potência nominal: 18w a 20w, voltagem/frequência: bivolt, IRC (índice de reprodução de cor): branco frio, intensidade luminosa: 900 ~2000 lumens, temperatura da cor: 6500k base g-13, dimensões (l x c x a): 1,2 metros (correspondente a 120 cm)	Unidade	3.000
02	172854	6240.033.0079	Lâmpada led, modelo: tubular t8, ângulo abertura feixe: n/a, potência nominal: 9w a 10w, voltagem/frequência: bivolt, IRC (índice reprodução de cor): branco frio, intensidade luminosa: 900 ~1.500 lumens, temperatura cor: 6500 k, base: g-13, dimensões (L x C x A): 0,6 metros (correspondente a 60 cm)	Unidade	10.000

6.2. Os materiais deverão ser novos e estar acondicionados em caixas/embalagens apropriadas, que garantam a sua integridade durante o transporte e armazenamento, e deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, sem quaisquer condições que impeçam ou dificultem sua plena utilização, tais como arranhados, amassados, quebrados, ferrugem, entre outros, ficando o fornecedor obrigado a sua imediata substituição quando constatada a entrega dos equipamentos nestas condições.

6.3. Deverá constar nas embalagens informação relativa à indústria fabricante, rótulo em português, lote de fabricação, nome do produto e quantidade, se aplicável.

6.4. O fornecimento e acondicionamento dos materiais deverão atender aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos no Decreto Estadual n.º 43.629/2012, no que couber, devendo serem utilizadas, sempre que possível, embalagens produzidas com materiais recicláveis, desde que atendam aos requisitos mínimos para transporte e o armazenamento seguros.

6.5. Os materiais deverão atender aos critérios técnicos de segurança e qualidade estabelecidos pela ABNT, e apresentar certificado de qualidade emitido pelo INMETRO.

7. DA GARANTIA TÉCNICA

7.1. Os produtos deverão possuir garantia técnica do fabricante contra material defeituoso, vício oculto ou erro de fabricação, pelo período mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do respectivo recebimento definitivo.

7.2. Durante o prazo de vigência da garantia técnica, os produtos que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções, deverão ser substituídos, sem qualquer ônus para a Contratante, nos termos do art. 18, §1º, I do Código de Defesa do Consumidor.

7.4. A Contratada terá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos para realização da substituição, de acordo com as necessidades verificadas, contados da data da notificação.

7.5. A entrega dos produtos nas dependências da Contratante será de inteira responsabilidade da Contratada, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.

7.6. O item substituto deverá ser similar ou superior (marca e modelo) ao defeituoso, e deverá atender plenamente aos requisitos mínimos constantes deste Termo de Referência.

7.7. A garantia técnica se destina a que os materiais e equipamentos se mantenham em perfeitas condições de funcionamento, com suas características originais.

7.8. A garantia técnica será conferida mediante termo escrito (termo de garantia ou outro documento equivalente), a ser entregue pela Contratada à Contratante, que deverá observar o disposto no parágrafo único do art. 50 do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/1990).

8. DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA

8.1. Os produtos deverão ser fornecidos de forma integral, em parcela única, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data da emissão da nota de empenho ou da ordem de fornecimento de materiais.

8.2. Os produtos deverão ser entregues em dia e horário previamente agendados com o servidor Reinaldo Fernandes Lessa, através do e-mail reinaldo.lessa@fazenda.rj.gov.br e/ou telefone (21) 2334-2588, respeitado o funcionamento da unidade das 9h às 17h, no endereço constante à Rua da Constituição, n.º 78, Centro, Rio de Janeiro/RJ.

8.3. No ato da entrega, deverá ser apresentada nota fiscal, na qual constarão, no que couber, as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia.

8.4. A Contratada se responsabilizará pelo ônus com frete, transporte, seguro, tributos e demais custos advindos da entrega e montagem do objeto, inclusive se o material enviado não for o especificado, sendo a contratada responsável pela retirada e custos de devolução.

9. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

9.1. Tendo em vista a responsabilidade da Administração Pública em implementar políticas que garantam o

crescimento do país com responsabilidade e respeito à sociedade e ao meio ambiente, inserem-se algumas recomendações de observância obrigatória por parte da contratada quando do fornecimento de bens ao Estado, nos termos do Decreto estadual nº 43.629 de 05/06/2012, tais como:

- a) que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;
- b) que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) que os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento.

9.2. Os materiais não deverão conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

10. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

10.1. O recebimento provisório das lâmpadas será realizado no momento da entrega do objeto, no local indicado no subitem 8.1. deste Termo de Referência, para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na Proposta.

10.2. O recebimento definitivo será realizado em até 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento provisório, após verificação da qualidade e do atendimento das especificações.

10.2.1. Caso seja observada qualquer desconformidade no objeto, durante o período do Recebimento Definitivo, a Contratada será comunicada por escrito.

10.3. Se a qualidade ou características dos objetos não corresponderem às especificações exigidas neste Termo de Referência ou oferecidos na Proposta, o objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, momento em que será devolvido, para que a Contratada providencie sua substituição, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados a partir da notificação, as suas custas e independente da apuração de responsabilidade para a aplicação das sanções cabíveis.

10.3.1. A Contratada se responsabilizará por todos os custos, inclusive os de transporte, efetuando a troca, sem prejuízo da eventual aplicação das penalidades cabíveis.

10.4. O recebimento do produto não exclui a responsabilidade da Contratada por vícios de qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, mesmo se verificados posteriormente.

10.5. Para assegurar a celeridade, facilitar o registro e o acompanhamento, os documentos de recebimento provisório/definitivo poderão ser encaminhados por e-mail.

11. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1. Para fins de atestação de qualificação técnica, deverá ser apresentada a comprovação de aptidão da licitante para o fornecimento de bens pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

11.2. A comprovação de aptidão será feita mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s)

jurídica(s) de direito público ou privado, na forma do artigo 30, II c/c §1º da Lei Federal nº 8.666/93.

11.2.1. O(s) atestado deve(m) comprovar aptidão para fornecimento de um quantitativo de 50% (cinquenta por cento) do total dos respectivos itens objeto da contratação, com indicação da descrição do objeto fornecido, cumprimento de prazo e demais condições da contratação.

11.2.2. Para atendimento do percentual indicado no subitem anterior, será admitido o somatório de atestados, desde que se refiram a fornecimento de bens pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, conforme enunciado n.º 39 da PGE.

11.3. O(s) atestado(s) deve(m) conter: o nome, endereço e o telefone de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio com o qual o Órgão possa valer-se para manter contato com a(s) pessoa(s) declarante(s), e a razão social e dados de identificação da instituição emitente como CNPJ, endereço e telefone.

11.4. A Contratante poderá realizar diligências para verificação da veracidade do(s) atestado(s) de capacidade técnica, caso em que a Licitante deverá prestar todas as informações e encaminhar todos os documentos necessários para a comprovação.

12. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

12.1. O prazo de vigência da contratação será de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data da emissão da nota de empenho ou da ordem de fornecimento de materiais.

12.2. A nota de empenho substitui o instrumento de contrato, nos termos do art. 62, caput e §4º da Lei n.º 8.666/93, e a empresa passa à condição de contratada após recebê-la. Desse modo, deve observar as obrigações assumidas, sujeitando-se às sanções previstas neste Termo de Referência.

13. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

13.1. O fiscal, o gestor de contratos e/ou os demais servidores, além de observar as cláusulas elencadas abaixo, deverão atentar ao disposto do Decreto Estadual n.º 45.600/2016 e na Resolução SEFAZ n.º 401 de 24 de junho de 2022.

13.2. A contratação deverá ser executada fielmente de acordo com as cláusulas avençadas, os termos do presente termo de referência e da Legislação vigente, respondendo a Contratada pelas consequências da sua inexecução total ou parcial.

13.3. A execução da contratação será acompanhada e fiscalizada por representantes da Administração, que serão oportunamente designados pela Superintendência de Compras e Contratos ou Subsecretaria de Administração, por meio de portaria de nomeação, conforme art. 8 da Resolução Sefaz n.º 401/2022.

13.4. Os representantes da Contratada, sob pena de responsabilização administrativa, anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da contratação, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos representantes deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

13.5. A Contratada declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e esclarecimentos solicitados.

13.6. A fiscalização não exclui ou reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por

qualquer irregularidade, nem a exime de manter fiscalização própria.

13.7. O fiscal da contratação, sempre que necessário, dirigir-se-á diretamente ao representante da empresa para tratar de assuntos relativos ao objeto da contratação.

13.8. O fiscal da Contratação poderá não efetuar o recebimento de qualquer entrega que esteja em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

13.9. Ao fiscal designado pela Contratante caberá o ateste das faturas dos produtos entregues, desde que cumpridas as exigências estabelecidas no Termo de Referência e com seus anexos e, na Proposta detalhe.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

14.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão, no que couber, as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia.

14.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 18 a 25, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 1990).

14.4. Substituir, às suas expensas, o objeto que estiver em desacordo com as especificações (e/ou aquele em que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento), após a notificação formal da Contratante.

14.5. Entregar o objeto da contratação sem qualquer ônus para a Contratante, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro, descarregamento das mercadorias.

14.6. Comunicar à Contratante, por escrito, tão logo que constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis.

14.7. Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à Contratante ou terceiros.

14.8. Manter-se, durante toda a duração da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e todas as condições de habilitação exigidas para a contratação.

14.9. Consultar com antecedência os seus fornecedores quanto aos prazos de entrega do material especificado, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.

14.10. Entregar o objeto na quantidade, prazos e qualidade definida nesta Termo de Referência, por sua exclusiva conta e responsabilidade, em perfeitas condições, no local indicado pela Contratante, em estrita conformidade com as especificações constantes deste Termo, e no que forem aplicáveis, com as normas de fabricação da ABNT, INMETRO e outras normatizações aplicáveis.

14.11. Manter, durante a vigência da contratação, representante (preposto) apto a representá-la perante o fiscal do contrato.

14.12. Atender, por meio do representante (preposto) indicado, qualquer solicitação por parte dos fiscais do contrato, prestando as informações referentes à entrega dos produtos, bem como as correções de eventuais

irregularidades na execução do objeto contratado.

14.13. A Contratada deverá possuir conta corrente no Banco Bradesco S/A e informar o número da conta corrente e agência, para fins de realização dos pagamentos.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1. Prestar à Contratada todos os esclarecimentos e informações relativas à execução do objeto da contratação.

15.2. Ordenar substituições que se fizerem necessárias, tudo às expensas da Contratada, na hipótese de qualquer irregularidade verificada durante a execução do objeto contratado.

15.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

15.4. Receber provisoriamente e definitivamente o objeto, nas formas definidas neste Termo de Referência.

15.5. Efetuar o pagamento à Contratada, no prazo e forma estipulados neste Termo de Referência, após a plena verificação de todas as fases merecedoras de fiscalização e da devida atestação por parte da equipe de fiscalização do contrato.

15.6. Rejeitar, no todo ou em parte, materiais em desacordo com este Termo de Referência e a proposta detalhe.

15.7. Verificar minuciosamente, nos prazos fixados, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

15.8. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas deste termo de referência e os termos de sua proposta.

15.9. Documentar e notificar, por escrito, à Contratada, ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades na entrega dos produtos, fixando prazo para a sua correção.

15.10. Designar fiscal e gestor para acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, conforme o Decreto Estadual nº. 45.600/2016 e a Resolução Sefaz n.º 401/2022.

16. SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto, a qual se limitará ao transporte até o local de entrega, mediante aviso prévio a esta Administração.

16.2. No caso de subcontratação do transporte até o local da entrega, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução da contratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

17. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

17.1. Considerando que o objeto da futura contratação é aquisição de bens, não será permitida a participação de cooperativas, qualquer que seja sua forma de constituição, tendo em vista a incompatibilidade da sua

natureza com o objeto desta contratação.

18. DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

18.1. Não será admitida a participação de empresa constituídas sob a forma de consórcio, tendo em vista que a presente contratação não apresenta dificuldades técnicas que façam com que seja inviável a sua execução por uma única empresa.

19. DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

19.1. As proponentes deverão preencher a planilha de custos e formação de preços, conforme o **ANEXO B** deste Termo de Referência.

19.2. A elaboração da proposta deverá consignar obrigatória e expressamente o detalhamento de todos os elementos que formarão o preço final proposto, conforme **ANEXO C** deste Termo de Referência.

19.2.1. A proposta deverá conter a descrição do objeto observadas as especificações constantes do Termo de Referência, de forma clara e específica, descrevendo detalhadamente as características do item ofertado, bem como preços unitários e total detalhados em planilha, incluindo especificação de marca e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e constatem as características do objeto.

20. DO PAGAMENTO

20.1. O pagamento será realizado em parcela única, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, após a atestação da nota fiscal pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização Contratual.

20.2. Os pagamentos serão efetuados por meio de crédito em conta corrente do Banco Bradesco S.A., cujo número e agência deverão ser informados pela Contratada.

20.3. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias corridos ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação da documentação correta.

20.4. O pagamento devido à Contratada não excederá os valores apresentados em sua proposta comercial.

21. DA GARANTIA CONTRATUAL

21.1. Fica dispensada a prestação de garantia para a execução deste objeto, conforme faculta o artigo 56 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Verifica-se que a baixa complexidade do objeto implica em menores riscos de inexecução parcial e total das cláusulas contratuais, ao passo que, exigir a apresentação de garantia traria ônus irrazoável à Contratada. No mais, o pagamento apenas será realizado após a entrega do objeto em perfeitas condições, nos termos das especificações contidas neste Termo de Referência.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. A Contratada inadimplente estará sujeita às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

22.2. A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração, sujeita a Contratada, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, a multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da contratação, aplicada de acordo com a gravidade da infração.

22.3. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento), conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

22.4. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas, assegurar-se-á o direito o contraditório e ampla defesa.

23. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

23.1. Adotar-se-á como critério de aceitabilidade de preços o do maior preço estimado por item, desclassificando-se as propostas cujos preços o excedam ou sejam manifestadamente inexequíveis.

23.2. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do menor preço por item.

24.3.3. Não serão aceitas propostas que estejam em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários.

23.4. Antes de apresentar a proposta, a proponente deverá realizar todos os levantamentos essenciais, de modo a não incorrer em omissões, que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração de data de entrega ou alteração de qualidade.

24. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

24.1.1. Os recursos necessários à presente contratação correrão à conta do Programa de Trabalho 04.122.0002.2016, UG (SEFAZ) 200100, Natureza da Despesa 3390.30.10 (Material para Conservação e Manutenção de Bens Imóveis), Fonte de Recurso 1.500.100.

25. ANEXOS

Anexo A – Descrição do Objeto

Anexo B – Planilha de Custos e Formação de Preços

Anexo C – Proposta de Preços

Anexo D – Modelo de Ordem de Fornecimento de Materiais

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 2023.

Elaborado por:

Reinaldo Fernandes Lessa

Coordenador de Engenharia e Arquitetura

Id. Funcional: 4393553-2

Integrante técnico/requisitante

Isabella Regina Gil

Coordenadora de Planejamento de Compras

Id. Funcional 5125984-2

Integrante administrativo

Aprovado por:

Ronaldo Leite Pacheco Amaral
Superintendente de Engenharia e Patrimônio
Id. Funcional: 4366201-3

ANEXO A
DESCRIÇÃO DO OBJETO

Item	ID SIGA	Cód. do item	Especificação/Descrição do SIGA	Un. de medida	Qtd.
01	182181	6240.033.0099	Lâmpada led, modelo tubular t8, ângulo de abertura feixe: n/a, potência nominal: 18w a 20w, voltagem/frequência: bivolt, IRC (índice de reprodução de cor): branco frio, intensidade luminosa: 900 ~2000 lumens, temperatura da cor: 6500k base g-13, dimensões (l x c x a): 1,2 metros (correspondente a 120 cm)	Unidade	3.000
02	172854	6240.033.0079	Lâmpada led, modelo: tubular t8, ângulo abertura feixe: n/a, potência nominal: 9w a 10w, voltagem/frequência: bivolt, IRC (índice reprodução de cor): branco frio, intensidade luminosa: 900 ~1.500 lumens, temperatura cor: 6500 k, base: g-13, dimensões (L x C x A): 0,6 metros (correspondente a 60 cm)	Unidade	10.000

ANEXO B
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Item	Descrição	Especificação do produto ofertado (modelo/marca/outros)	Unidade de Medida	Quantitativo	Valor Unitário (R\$)	Valor Global (R\$)
01	Lâmpada led, modelo tubular t8, ângulo de abertura feixe: n/a, potência nominal: 18w a 20w, voltagem/frequência: bivolt, IRC (índice de reprodução de cor): branco frio, intensidade luminosa: 900 ~2000 lumens, temperatura da cor: 6500k base g-13, dimensões (l x c x a): 1,2 metros (correspondente a 120 cm) ID Siga: 182181 Código do item: 6240.033.0099		Unidade	3.000		
02	Lâmpada led, modelo: tubular t8, ângulo abertura feixe: n/a, potência nominal: 9w a 10w, voltagem/frequência: bivolt, IRC (índice reprodução de cor): branco frio, intensidade luminosa: 900 ~1.500 lumens, temperatura cor: 6500 k, base: g-13, dimensões (L x C x A): 0,6 metros (correspondente a 60 cm) ID Siga: 172854 Código do item: 6240.033.0079		Unidade	10.000		

* A planilha de custo e formação de preços deve ser preenchida apenas com os itens de interesse e que serão fornecidos pelo licitante.

ANEXO C PROPOSTA DE PREÇOS

À Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro – SEFAZ/RJ

Pregão Eletrônico:
Processo Administrativo nº

Identificação da Empresa:

Razão Social:

CNPJ:

Inscrição estadual:

Inscrição municipal:

Endereço:

E-mail:

Telefone:

Dados da Conta Bancária:

Banco:

Agência:

Conta corrente:

Por intermédio de seu representante legal, e para os fins do Pregão Eletrônico nº _____, vem apresentar a seguinte proposta de preço referente ao objeto e seus anexos:

Item	Descrição	Especificação do produto ofertado (modelo/marca/outros)	Unidade de Medida	Quantitativo	Valor Unitário (R\$)	Valor Global (R\$)
01	Lâmpada led, modelo tubular t8, ângulo de abertura feixe: n/a, potência nominal: 18w a 20w, voltagem/frequência: bivolt, IRC (índice de reprodução de cor): branco frio, intensidade luminosa: 900 ~2000 lumens, temperatura da cor: 6500k base g-13, dimensões (l x c x a): 1,2 metros (correspondente a 120 cm) ID Siga: 182181 Código do item: 6240.033.0099		Unidade	3.000		
02	Lâmpada led, modelo: tubular t8, ângulo abertura feixe: n/a, potência nominal: 9w a 10w, voltagem/frequência: bivolt, IRC (índice reprodução de cor): branco frio, intensidade luminosa: 900 ~1.500 lumens, temperatura cor: 6500 k, base: g-13, dimensões (L x C x A): 0,6 metros (correspondente a 60 cm) ID Siga: 172854 Código do item: 6240.033.0079		Unidade	10.000		

* A proposta de preços deve ser preenchida apenas com os itens de interesse e que serão fornecidos pelo licitante.

Prazo de pagamento: Até 30 (trinta) após o atesto da fatura/nota fiscal.

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias, a contar da data de apresentação.

Obs.: Nos preços acima propostos estão inclusas todas as despesas e custos diretos e indiretos, inclusive os custos de frete, seguro e descarga dos materiais.

Esta empresa **DECLARA** estar ciente de que a apresentação da presente proposta implica na plena aceitação das condições estabelecidas no Termo de Referência e nos seus Anexos.

Local, de de 202_.

Representante

CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ

(dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)

ANEXO D

MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS

IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO	
Nº:	Unidade requisitante:
Data de emissão: / /	Material:
	Processo nº:
Local de entrega	
IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA	
Razão social:	CNPJ:
Endereço:	
Telefone:	E-mail:

DEFINIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO					
Item	Objeto	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Global
				R\$	R\$
				R\$	R\$
				R\$	R\$
				R\$	R\$
Total				R\$	R\$
LOCAL DE ENTREGA					
DEMAIS DETALHAMENTOS					
RECURSOS FINANCEIROS					
Os recursos financeiros necessários ao pagamento desta Ordem de fornecimento serão originários da classificação funcional programática abaixo especificada:					
Unidade Orçamentária:					
Função Programática:					
Projeto de Atividade:					
Elemento de Despesa:					
Fonte de Recurso:					
Saldo Orçamentário:					

[1] JUSTEN FILHO, MARÇAL. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 16. ed. rev. atual. ampl. Revista dos Tribunais, 2014, p. 366.

Rio de Janeiro, 15 dezembro de 2023



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Leite Pacheco Amaral, Superintendente**, em 15/12/2023, às 13:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Reinaldo Fernandes Lessa, Coordenador**, em 15/12/2023, às 13:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?


[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6](http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **65359023** e o código CRC **56E8E1D5**.

Referência: Processo nº SEI-040179/000002/2023

SEI nº 65359023

Av. Presidente Vargas, nº 670, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20071-001

Telefone: - www.fazenda.rj.gov.br

 <p align="center">ANEXO II SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL PROPOSTA DETALHE</p>		<p>Licitação por PREGÃO SEFAZ-RJ N.º 0xx/2023</p> <p>A Realizar-se em: XX/XX/2023 às 00h00m.</p> <p>Requisição: PAM 018/2023 E PAM 019/2023</p> <p>Processo n.º SEI-040179/000002/2023</p>						
<p>A firma ao lado mencionada propõe fornecer ao Estado do Rio de Janeiro, pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições estipuladas constante do EDITAL n.º 0xx/2023.</p>		<p align="center">CARIMBO DA FIRMA</p>						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Medida	Quantidade	Marca oferecida	Preço com ICMS (R\$)		Preço sem ICMS (R\$)	
					UNIT.	TOTAL	UNIT.	TOTAL
01	<p>ID: 182181</p> <p>LÂMPADA LED MODELO TUBULAR T8; ÂNGULO DE ABERTURA DO FEIXE: N/A; POTÊNCIA NOMINAL: 18W A 20W; VOLTAGEM/FREQUÊNCIA: BIVOLT; IRC (ÍNDICE DE REPRODUÇÃO DE COR): BRANCO FRIO; INTENSIDADE LUMINOSA: 900 ~2000 LUMENS; TEMPERATURA DA COR: 6500K; BASE G-13; DIMENSÕES (L X C X A): 1,2 METRO (CORRESPONDENTE A 120 CM).</p> <p>Código do Item: 6240.033.0099</p>	Unidade	3.000 (três mil)					
02	<p>ID: 172854</p> <p>LÂMPADA LED MODELO TUBULAR T8; ÂNGULO DE ABERTURA DO FEIXE: N/A; POTÊNCIA NOMINAL: 9W A 10W; VOLTAGEM/FREQUÊNCIA: BIVOLT; IRC (ÍNDICE DE REPRODUÇÃO DE COR): BRANCO FRIO; INTENSIDADE LUMINOSA: 900 ~1.500 LUMENS; TEMPERATURA DA COR: 6500K; BASE: G-13; DIMENSÕES (L X C X A): 0,6 METRO; (CORRESPONDENTE A 60 CM)</p> <p>Código do Item: 6240.033.0079</p>	Unidade	10.000 (dez mil)					
<p>OBSERVAÇÕES:</p> <p>1ª. A PROPOSTA DE PREÇOS deverá:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ser enviada, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sem emendas e rasuras; - Conter preços em algarismos e por extenso, por unidade, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais ou estaduais e descontos especiais; <p>2ª. O Proponente se obrigará, mediante o envio da PROPOSTA DE PREÇOS, a cumprir os termos nela contidos;</p> <p>3ª. A PROPOSTA DE PREÇOS deverá ser devolvida até a hora e data marcadas.</p> <p>4ª. A licitação mediante PROPOSTA DE PREÇOS poderá ser anulada no todo ou em parte, de conformidade com a legislação vigente.</p>		<p>Prazo de Execução: Conforme Termo de Referência (Anexo I).</p> <p>Validade da Proposta-Detalhe: 60 (sessenta) dias.</p> <p>Local de Entrega: Conforme Termo de Referência (Anexo I)</p> <p>Declaramos inteira submissão ao presente termo e legislação vigente.</p> <p>Em ____/____/2023.</p>						
<p>Data ____/____/2023.</p>		<p align="center">_____ Proponente – assinatura do(a) responsável</p>						



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Administração

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Ref: **PREGÃO ELETRÔNICO SEFAZ-RJ nº XX/XXXX**

....., inscrito no CNPJ nº,
por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº
....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei
nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que
não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não
emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
(representante legal)

Observações:

- (1)** em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima
- (2)** emitir em papel que identifique a **licitante**



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Administração

ANEXO IV

Pregão Eletrônico SEFAZ-RJ n.º XX/XXXX

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE], como representante devidamente constituído de [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE] (doravante denominado [Licitante]), para fins do disposto no item 14.3 do Edital [COMPLETAR COM IDENTIFICAÇÃO DO EDITAL], declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (a) a proposta anexa foi elaborada de maneira independente [pelo Licitante] e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da [IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO], por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) a intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da [IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO], por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da [IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO] quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d) que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da [IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO] antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- (e) que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante de [ÓRGÃO LICITANTE] antes da abertura oficial das propostas; e
- (f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, ____ de _____ de _____

(REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE NO ÂMBITO DA
LICITAÇÃO, COM IDENTIFICAÇÃO COMPLETA)



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Gestão e Tecnologia

ANEXO V

Pregão Eletrônico SEFAZ-RJ nº XX/XXXX

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

..... (razão social do licitante), inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, **DECLARA**, para fins do disposto no subitem 12.2.5 do Edital, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006;

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

.....
(data)

.....
(representante legal)

- Emitir em papel timbrado da empresa.
- Assinalar com um “X” a condição da empresa.

Este formulário deverá ser preenchido pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº. 123/2006.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Administração

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADE (EM PAPEL TIMBRADO, dispensado em caso de carimbo com CNPJ)

Local e data

À/Ao

Comissão de Licitação ou Pregoeiro(a)

a/c Sr.(a)

Presidente da Comissão da Licitação ou Pregoeiro(a)

Ref. Pregão Eletrônico nº XX/XXXX

(Entidade) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (endereço completo), neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, expedida por _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação, impedimento de contratar pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta do Rio de Janeiro ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos ainda vigorem.

ENTIDADE

(nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is))

CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado c/CNPJ)